

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	16
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	17

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	61
----------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	12.421
Preferenciais	24.539
Total	36.960
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2012	Dividendo		Ordinária		0,04320
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2012	Dividendo		Preferencial		0,04320

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	243.801	241.166
1.01	Ativo Circulante	140.263	141.667
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.483	14.709
1.01.01.01	Disponibilidades	5.483	14.709
1.01.03	Contas a Receber	76.485	62.154
1.01.03.01	Clientes	76.485	62.154
1.01.03.01.01	Clientes	76.485	62.154
1.01.04	Estoques	39.123	52.904
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.083	902
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.083	902
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.835	1.846
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.254	9.152
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	12.254	9.152
1.01.08.01.01	Demais Contas a Receber	12.254	9.152
1.02	Ativo Não Circulante	103.538	99.499
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	42.526	37.160
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	534	500
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	534	500
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	37.098	33.641
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	37.098	33.641
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.894	3.019
1.02.01.09.03	Demais Contas a Receber	774	744
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	3.064	2.275
1.02.01.09.05	Despesas Antecipadas	1.056	0
1.02.02	Investimentos	14.261	10.973
1.02.02.01	Participações Societárias	14.261	10.973
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	13.113	9.844
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.148	1.129
1.02.03	Imobilizado	39.391	44.169
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	39.391	44.169
1.02.04	Intangível	7.360	7.197
1.02.04.01	Intangíveis	7.360	7.197

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	243.801	241.166
2.01	Passivo Circulante	101.804	95.053
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.274	4.247
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.274	4.247
2.01.02	Fornecedores	19.123	15.498
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.054	14.911
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.069	587
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.461	4.897
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.461	4.897
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.461	4.897
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	61.412	66.843
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	57.436	62.867
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	47.335	47.392
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	10.101	15.475
2.01.04.02	Debêntures	3.976	3.976
2.01.05	Outras Obrigações	5.534	3.568
2.01.05.02	Outros	5.534	3.568
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.597	1.597
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	3.937	1.971
2.02	Passivo Não Circulante	112.980	116.918
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	54.343	64.547
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	48.950	57.180
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	41.462	47.833
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	7.488	9.347
2.02.01.02	Debêntures	5.393	7.367
2.02.02	Outras Obrigações	25.979	26.992
2.02.02.02	Outros	25.979	26.992
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	25.979	26.992
2.02.04	Provisões	29.362	25.379
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.419	3.095
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.419	3.095
2.02.04.02	Outras Provisões	25.943	22.284
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	25.943	22.284
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	3.296	0
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	3.296	0
2.02.06.03.01	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	3.296	0
2.03	Patrimônio Líquido	29.017	29.195
2.03.01	Capital Social Realizado	32.340	32.340
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.938	-4.902
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	615	1.757

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	63.536	182.141	58.756	183.029
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-37.197	-107.327	-33.625	-102.005
3.03	Resultado Bruto	26.339	74.814	25.131	81.024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.641	-59.337	-20.733	-68.543
3.04.01	Despesas com Vendas	-21.994	-60.921	-18.661	-55.204
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.454	-18.240	-6.072	-18.460
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.310	27.081	5.876	10.572
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.630	-5.617	-1.042	-3.342
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	127	-1.640	-834	-2.109
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.698	15.477	4.398	12.481
3.06	Resultado Financeiro	-4.760	-14.513	-4.093	-10.709
3.06.01	Receitas Financeiras	2.650	7.066	1.432	6.712
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.410	-21.579	-5.525	-17.421
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.062	964	305	1.772
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.062	964	305	1.772
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.062	964	305	1.772
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,05578	0,02608	0,00825	0,04794
3.99.01.02	PN	-0,05578	0,02608	0,00825	0,04794

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.062	964	305	1.772
4.02	Outros Resultados Abrangentes	562	615	-411	-239
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.500	1.579	-106	1.533

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.147	-1.167
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.830	24.377
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo do Exercício	964	1.772
6.01.01.02	Equivalencia Patrimonial	1.640	2.109
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais, líquidas	15.762	10.825
6.01.01.04	Depreciações e Amortizações	6.642	6.222
6.01.01.05	Outros	822	3.449
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.481	-20.723
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-13.431	-11.458
6.01.02.02	Estoques	13.822	-6.782
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-2.181	-422
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-3.046	-205
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-2.937	2.899
6.01.02.06	Fornecedores	3.625	-1.032
6.01.02.08	Tributos a Recolher	2.550	-883
6.01.02.09	Provisões Diversas	-466	-771
6.01.02.10	Demais Contas a Pagar	4.545	-2.069
6.01.03	Outros	-8.164	-4.821
6.01.03.01	Juros Pagos	-8.164	-4.821
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.326	-6.672
6.02.01	Adições de Imobilizado	-1.389	-3.666
6.02.02	Adições de Intangível	-806	-2.433
6.02.03	Aplicações Financeiras Mantidas até o Vencimento	-34	0
6.02.04	Adições ao Investimento em Controladas e Outros	-3.097	-573
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-24.047	3.546
6.03.01	Ingresso de Empréstimos de Terceiros	39.019	69.174
6.03.02	Ingresso de Empréstimos de Partes Relacionadas	213.610	23.995
6.03.03	Pagamento de Empréstimos de Terceiros	-58.801	-48.318
6.03.04	Pagamento de Empréstimos de Partes Relacionadas	-221.171	-41.305
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.296	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.226	-4.293
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.709	8.725
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.483	4.432

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.340	0	0	-4.902	1.757	29.195
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	0	0	-4.902	1.757	29.195
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	964	-1.142	-178
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	964	0	964
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.142	-1.142
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.142	-1.142
5.07	Saldos Finais	32.340	0	0	-3.938	615	29.017

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.340	2.625	4.790	0	559	40.314
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	2.625	4.790	0	559	40.314
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.772	-788	984
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.772	0	1.772
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-788	-788
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-788	-788
5.07	Saldos Finais	32.340	2.625	4.790	1.772	-229	41.298

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	233.304	216.400
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	207.184	209.130
7.01.02	Outras Receitas	26.443	8.276
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-323	-1.006
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-139.768	-134.767
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-101.148	-101.772
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-38.620	-32.995
7.03	Valor Adicionado Bruto	93.536	81.633
7.04	Retenções	-6.642	-6.222
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.642	-6.222
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	86.894	75.411
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.417	4.575
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.640	-2.109
7.06.02	Receitas Financeiras	7.066	6.712
7.06.03	Outros	-9	-28
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	92.311	79.986
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	92.311	79.986
7.08.01	Pessoal	38.903	30.730
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.416	26.081
7.08.01.02	Benefícios	11.034	2.068
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.453	2.581
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	29.784	29.072
7.08.02.01	Federais	25.079	22.708
7.08.02.02	Estaduais	4.705	6.364
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	22.660	18.412
7.08.03.01	Juros	21.579	17.421
7.08.03.02	Aluguéis	1.081	991
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	964	1.772
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	964	1.772

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	266.518	260.991
1.01	Ativo Circulante	209.386	199.105
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.598	23.276
1.01.01.01	Disponibilidades	14.598	23.276
1.01.03	Contas a Receber	100.305	71.457
1.01.03.01	Clientes	100.305	71.457
1.01.04	Estoques	56.365	75.837
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.034	5.791
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.034	5.791
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.842	1.851
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.242	20.893
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	25.242	20.893
1.01.08.01.01	Demais Contas a Receber	25.242	20.893
1.02	Ativo Não Circulante	57.132	61.886
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.453	4.918
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	534	500
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	534	500
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	381
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	381
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.919	4.037
1.02.01.09.03	Demais Contas a Receber	789	1.753
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	3.074	2.284
1.02.01.09.05	Despesas Antecipadas	1.056	0
1.02.02	Investimentos	1.148	1.129
1.02.02.01	Participações Societárias	1.148	1.129
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.148	1.129
1.02.03	Imobilizado	43.109	48.632
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	43.109	48.632
1.02.04	Intangível	7.422	7.207
1.02.04.01	Intangíveis	7.422	7.207

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	266.518	260.991
2.01	Passivo Circulante	135.787	108.818
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.148	5.050
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.148	5.050
2.01.02	Fornecedores	14.112	14.005
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.567	9.675
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.545	4.330
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.636	5.847
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.636	5.847
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.636	5.847
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	96.944	79.387
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	92.968	75.411
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	82.867	59.936
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	10.101	15.475
2.01.04.02	Debêntures	3.976	3.976
2.01.05	Outras Obrigações	6.947	4.529
2.01.05.02	Outros	6.947	4.529
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.597	1.597
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	5.350	2.932
2.02	Passivo Não Circulante	101.289	122.607
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	54.425	78.599
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	49.032	71.232
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	25.317	47.517
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	23.715	23.715
2.02.01.02	Debêntures	5.393	7.367
2.02.02	Outras Obrigações	40.149	40.913
2.02.02.02	Outros	40.149	40.913
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	40.149	40.913
2.02.04	Provisões	3.419	3.095
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.419	3.095
2.02.04.01.06	Provisões para Contingências	3.419	3.095
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	3.296	0
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	3.296	0
2.02.06.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.296	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	29.442	29.566
2.03.01	Capital Social Realizado	32.340	32.340
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.938	-4.902
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	615	1.757
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	425	371

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	82.396	235.030	69.277	221.293
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-49.613	-142.407	-37.966	-123.176
3.03	Resultado Bruto	32.783	92.623	31.311	98.117
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-27.838	-71.898	-25.139	-81.427
3.04.01	Despesas com Vendas	-25.845	-73.220	-22.276	-66.150
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.100	-21.062	-7.641	-22.533
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.887	28.233	5.820	10.598
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.780	-5.849	-1.042	-3.342
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.945	20.725	6.172	16.690
3.06	Resultado Financeiro	-6.959	-19.566	-5.932	-15.083
3.06.01	Receitas Financeiras	2.685	7.112	1.285	7.353
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.644	-26.678	-7.217	-22.436
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.014	1.159	240	1.607
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-19	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.014	1.159	221	1.607
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-48	-195	84	165
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-48	-195	84	165
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-2.062	964	305	1.772
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.014	1.159	221	1.607
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-48	-195	84	165
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,05578	0,02608	0,00825	0,04794
3.99.01.02	PN	-0,05578	0,02608	0,00825	0,04794

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-2.062	964	305	1.772
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-2.062	964	305	1.772
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.014	1.159	221	1.607
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-48	-195	84	165

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.269	-20.344
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	27.287	22.598
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	964	1.772
6.01.01.02	Juros, Variações Monetárias e Cambiais, líquidas	18.395	10.941
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	7.081	6.361
6.01.01.04	Outros	847	3.524
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.488	-37.660
6.01.02.01	Contas a Receber	-27.948	-16.881
6.01.02.02	Estoques	19.472	-9.658
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-3.243	-2.115
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-3.047	800
6.01.02.05	Demais Contas a Receber	-3.835	2.487
6.01.02.06	Fornecedores	107	-8.722
6.01.02.07	Tributos a Recolher	3.025	-664
6.01.02.08	Provisões Diversas	-466	-496
6.01.02.09	Demais Contas a Pagar	5.447	-2.411
6.01.03	Outros	-8.530	-5.282
6.01.03.01	Juros Pagos	-8.530	-5.282
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.674	-6.040
6.02.01	Adições de Imobilizado	-1.701	-3.867
6.02.02	Adições de Intangível	-920	-2.433
6.02.03	Aplicações Financeiras Mantidas até o Vencimento	-34	0
6.02.04	Adições ao Investimento em Controladas e Outros	-19	260
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.273	21.811
6.03.01	Ingresso de Empréstimos de Terceiros	46.150	75.338
6.03.03	Pagamento de Empréstimos de Terceiros	-63.773	-53.562
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.296	0
6.03.06	Participações dos Acionistas não Controladores em Controladas	54	35
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.678	-4.573
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	23.276	15.270
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.598	10.697

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.340	0	0	-4.902	1.757	29.195	371	29.566
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	0	0	-4.902	1.757	29.195	371	29.566
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	964	-1.142	-178	54	-124
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	964	0	964	0	964
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.142	-1.142	54	-1.088
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.142	-1.142	0	0
5.07	Saldos Finais	32.340	0	0	-3.938	615	29.017	425	29.442

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.340	2.625	4.790	0	559	40.314	169	40.483
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.340	2.625	4.790	0	559	40.314	169	40.483
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.772	-788	984	35	1.019
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.772	0	1.772	0	1.772
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-788	-788	35	-753
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-788	-788	0	0
5.07	Saldos Finais	32.340	2.625	4.790	1.772	-229	41.298	204	41.502

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	286.684	247.378
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	260.263	240.027
7.01.02	Outras Receitas	26.811	8.357
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-390	-1.006
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-188.077	-157.991
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-143.195	-115.637
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-44.882	-42.354
7.03	Valor Adicionado Bruto	98.607	89.387
7.04	Retenções	-7.081	-6.361
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.081	-6.361
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	91.526	83.026
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.103	7.325
7.06.02	Receitas Financeiras	7.112	7.353
7.06.03	Outros	-9	-28
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	98.629	90.351
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	98.629	90.351
7.08.01	Pessoal	39.634	35.156
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.900	30.495
7.08.01.02	Benefícios	11.185	2.080
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.549	2.581
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	29.776	29.846
7.08.02.01	Federais	24.028	22.348
7.08.02.02	Estaduais	5.748	7.498
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.060	23.427
7.08.03.01	Juros	26.678	22.436
7.08.03.02	Aluguéis	1.382	991
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.159	1.922
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	964	1.772
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	195	150

Resultado do 3º trimestre de 2013

São Paulo, 14 de novembro de 2013 – A CAMBUCI (BM&FBOVESPA: CAMB4), divulga o resultado acumulado do 3º trimestre de 2013. As informações são apresentadas de forma consolidada em *IFRS – International Financial Reporting Standards*. As informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma, e as comparações referem-se ao acumulado de 2013.

Destaques Financeiros do 3T13

Indicadores de Resultados R\$ Milhões			Variação		Variação	
	3T13	3T12	3T13 vs 3T12	9M13	9M12	9M13 vs 9M12
Receita Líquida Consolidada	82,4	69,3	18,9%	235,0	221,3	6,2%
Lucro Bruto Consolidado	32,8	31,3	4,8%	92,6	98,1	-5,6%
Margem Bruta Consolidada	39,8%	45,2%	-5,4 p.p.	39,4%	44,3%	-4,9 p.p.
EBITDA Consolidado	7,5	8,1	-7,7%	27,6	23,2	18,9%
Margem EBITDA Consolidada	9,1%	11,7%	-2,5 p.p.	11,7%	10,5%	1,2 p.p.
Lucro Líquido / Prejuízo Consolidado	-2,1	0,3	-776,1%	1,0	1,8	-45,6%
Margem Líquida Consolidada	-2,5%	0,4%	-2,8 p.p.	0,4%	0,8%	-0,4 p.p.

- A Receita Líquida acumulada no ano alcançou R\$ 235,0 milhões com crescimento de 6,2% vs. 2012;
- O EBITDA dos primeiros nove meses de 2013 alcançou R\$ 27,6 milhões, crescendo 18,9% vs. 2012;
- Margem EBITDA aumentou para 11,7% nos 9M13 comparada com 10,5% do ano anterior.
- Lucro Líquido fechou em R\$ 1,0 milhão nos 9M13, com uma redução de 45,6% em relação ao ano anterior;

1. Comentários da Administração

Encerrado o terceiro trimestre de 2013, o Brasil ainda enfrenta grandes desafios e pouca flexibilidade para retomar o ritmo de crescimento esperado da economia. A combinação de fatores de menor crescimento chinês, incertezas quanto a recuperação europeia e um cenário interno de inflação em torno de 6%, reduz as perspectivas favoráveis para o Brasil. Além disso, com um cenário de deterioração das contas públicas, o Brasil tem hoje menor poder de reação para combater os efeitos do baixo crescimento, quando comparado com outros países emergentes.

Neste terceiro trimestre de 2013, a categoria de materiais esportivos apresentou melhoria de desempenho em todos os seguimentos, mas ainda abaixo do seu potencial. Os segmentos de confecção, bolas, meias e equipamentos esportivos mantiveram desempenho positivo, enquanto o segmento calçados já mostra

recuperação gradativa. Mesmo assim o desempenho da categoria de materiais esportivos ainda apresentou crescimento tímido em relação à expectativa do setor.

Nossa expectativa para o último trimestre deste ano permanece sendo o de um cenário mais promissor, principalmente, se comparado ao mesmo período do ano anterior, onde a retração da categoria foi significativa.

O cenário de desvalorização do dólar continua pressionando o custo dos produtos importados, implicando em tendência de realinhamento de preços o que tende a beneficiar os produtos de fabricação nacional, onde a Companhia tem um posicionamento estratégico bastante competitivo em termos fabril e de distribuição.

Apesar do cenário econômico ainda desafiador e um ambiente extremamente competitivo, as vendas líquidas do trimestre apresentaram crescimentos expressivo próximo de 19%, quando comparadas com o mesmo período do ano anterior, mostrando um consistente processo de recuperação.

Do ponto de vista operacional, continua merecendo destaque a consistente redução nos estoques, que já ultrapassa R\$ 19 milhões em 2013, fruto de políticas mais rígidas, controles mais eficientes, maior integração entre as áreas de P&D, Comercial e *Supply*, bem como da adoção de ações comerciais mais agressivas para venda de itens de coleções mais antigas.

Nesse 3º. trimestre de 2013, as despesas de Vendas e Administrativas apresentaram redução de 3,3 p.p. quando comparadas com o mesmo período do ano anterior, demonstrando que as ações adotadas de rígido controle de gastos e despesas continuam dando resultado.

Como fatores não recorrentes que impactaram negativamente o resultado acumulado, destacamos a desvalorização do Real, que elevou as despesas financeiras no período em R\$ 2,9 milhões, bem como o desempenho negativo da nossa operação na Espanha, que impactou nosso resultado em aproximadamente R\$ 4,1 milhões.

Continuamos mantendo foco nos objetivos de crescimento, na correta alocação dos investimentos, no planejamento e constante desenvolvimento das nossas marcas Penalty e Stadium, visando garantir um posicionamento estratégico sólido e consistente.

Acreditamos que as ações em curso viabilizarão a melhoria do retorno sobre o capital investido, por meio de sinergia e das economias obtidas nas revisões de processos e integrações de áreas e sistemas.

2. Desempenho Financeiro - consolidado

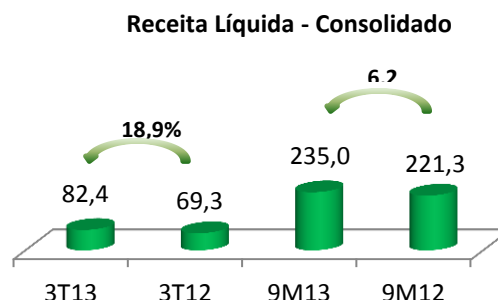
2.1. Receita Líquida

Receita Líquida - Consolidado	3T13	3T12	Var. 3T13/3T12	9M13	9M12	Var. 9M13/9M12
(R\$ Milhões)	82,4	69,3	18,9%	235,0	221,3	6,2%

No acumulado do ano, a receita líquida cresceu 6,2%, em relação ao mesmo período do ano passado, alcançando R\$ 235 milhões contra R\$ 221,3 milhões em 2012.

O 3T13 registrou aumento de 18,9% em relação ao 3T12, passando de R\$ 69,3 milhões para R\$ 82,4 milhões.

A melhora no desempenho da receita líquida é reflexo



2.2. Lucro Bruto

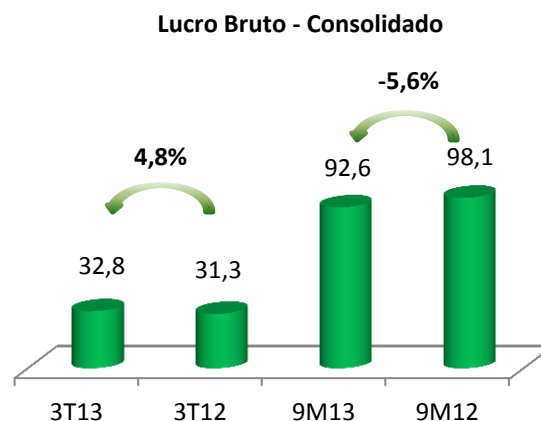
Lucro Bruto - Consolidado	3T13	3T12	Var. 3T13/3T12	9M13	9M12	Var. 9M13/9M12
(R\$ Milhões)	32,8	31,3	4,8%	92,6	98,1	-5,6%
% da receita líquida	39,8%	45,2%	-5,4 p.p.	39,4%	44,3%	-4,9 p.p.

No acumulado, o lucro bruto alcançou R\$ 92,6 milhões, uma queda de 5,6% em relação ao mesmo período de 2012. A margem bruta ficou em 39,4%, com redução de 4,9 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

No 3T13, o lucro bruto registrou um aumento de 4,8%, passando para R\$ 32,8 milhões contra R\$ 31,3 milhões no 3T12.

A margem bruta ficou em 39,8% no 3T13 contra 45,2% no 3T12, apresentando um decréscimo 5,4 p.p. em relação a receita líquida.

Neste 3T13, a margem bruta ainda apresenta reflexos de ações comerciais mais agressivas para redução de estoques.



2.3. Despesas com Vendas, G&A e Outras Receitas (Despesas) – Consolidado

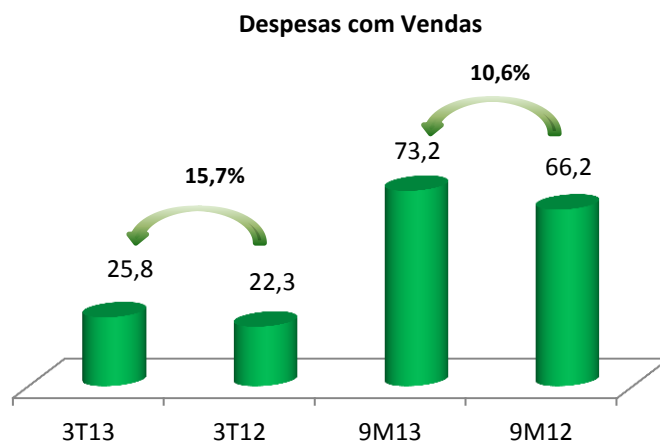
R\$ Milhões	3T13	3T12	Var. 3T13/3T12	9M13	9M12	Var. 9M13/9M12
Despesas com vendas	25,8	22,3	15,7%	73,2	66,2	10,6%
% da receita líquida	31,3%	32,2%	-0,9 p.p.	31,1%	29,9%	1,2 p.p.

a) Despesas com Vendas

As despesas com vendas fecharam o 3T13 em 31,3% da receita líquida, contra 32,2% do 3T12, representando um decréscimo de 0,9 p.p.

Essa melhora é reflexo das ações de redução de despesas promovidas pela Companhia ao longo de 2013 e que continuarão refletindo positivamente nos resultados daqui para frente.

Nos 9M13, essas despesas fecharam em R\$ 73,2 milhões, representando 31,1% da receita líquida, contra 29,9% do ano anterior.



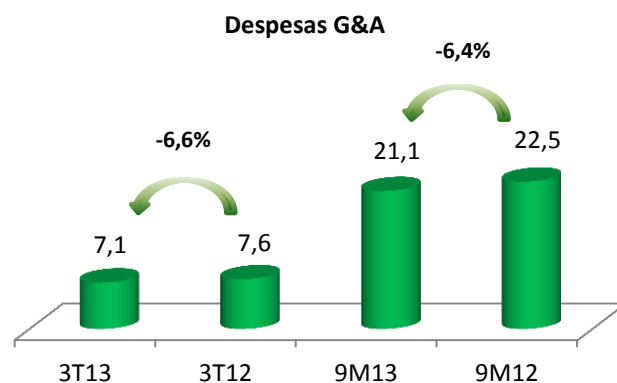
R\$ Milhões	3T13	3T12	Var. 3T13/3T12	9M13	9M12	Var. 9M13/9M12
Despesas gerais & adm.	7,1	7,6	-6,6%	21,1	22,5	-6,4%
% da receita líquida	8,6%	11,0%	-2,4 p.p.	9,0%	10,2%	-1,2 p.p.

b) Despesas Gerais e Administrativas

No 3T13, as DG&A fecharam em 8,6% em relação à receita líquida, 2,4 p.p. abaixo do 3T12.

Nos 9M13, as DG&A fecharam em 9,0%, mostrando melhoria em relação a 2012, que fechou em 10,2%.

Esse desempenho é fruto de um controle mais rígido das despesas e da melhoria nos processos internos da Companhia.



R\$ Milhões	3T13	3T12	Var. 3T13/3T12	9M13	9M12	Var. 9M13/9M12
Outras receitas (despesas) líquidas	5,1	4,8	6,3%	22,4	7,3	206,8%
% da receita líquida	6,2%	6,9%	-0,7 p.p.	9,5%	3,3%	6,1 p.p.

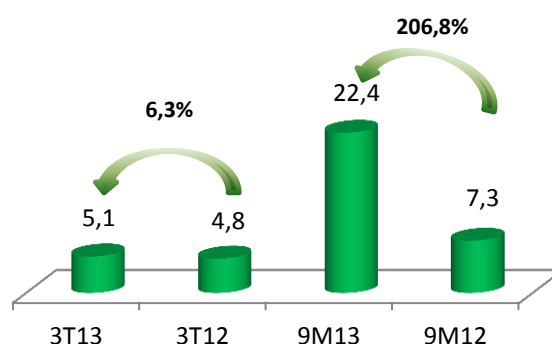
c) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

No 3T13, esta conta apresentou um resultado positivo de R\$ 5,1 milhões, contra R\$ 4,8 milhões no 3T12, representando uma variação positiva de 6,3%.

O valor acumulado em 2013 alcançou R\$ 22,4 milhões contra R\$ 7,3 milhões em 2012, um aumento de 206,8%.

Os principais motivos para esta variação referem-se a vendas de patrocínios, créditos de impostos e ações indenizatórias.

Outras receitas (despesas) líquidas



2.4. Resultado Financeiro Consolidado:

As receitas financeiras totalizaram R\$ 7,1 milhões nos 9M13 contra R\$ 7,3 milhões nos 9M12, representando uma variação negativa de R\$ 0,2 milhões, decorrente de uma melhora na gestão de Caixa da Companhia.

As despesas financeiras aumentaram R\$ 4,2 milhões, passando para R\$ 26,6 milhões nos 9M13 contra R\$ 22,4 milhões nos 9M12, em razão do efeito de apreciação cambial passiva, bem como de atualização monetária de tributos.

Receitas Financeiras (R\$ Mil)	9M13	9M12
Variação cambial	5.411	4.339
Descontos Obtidos	1.279	1.525
Juros Ativos	422	1.089
Outros	-	400
Total	7.112	7.353
Despesas Financeiras	9M13	9M12
Juros c/ Empréstimos e Financiamentos	(15.256)	(15.304)
Variação Cambial	(8.326)	(5.807)
Outros	(3.096)	(1.325)
Total	(26.678)	(22.436)
Resultado financeiro líquido	(19.566)	(15.083)

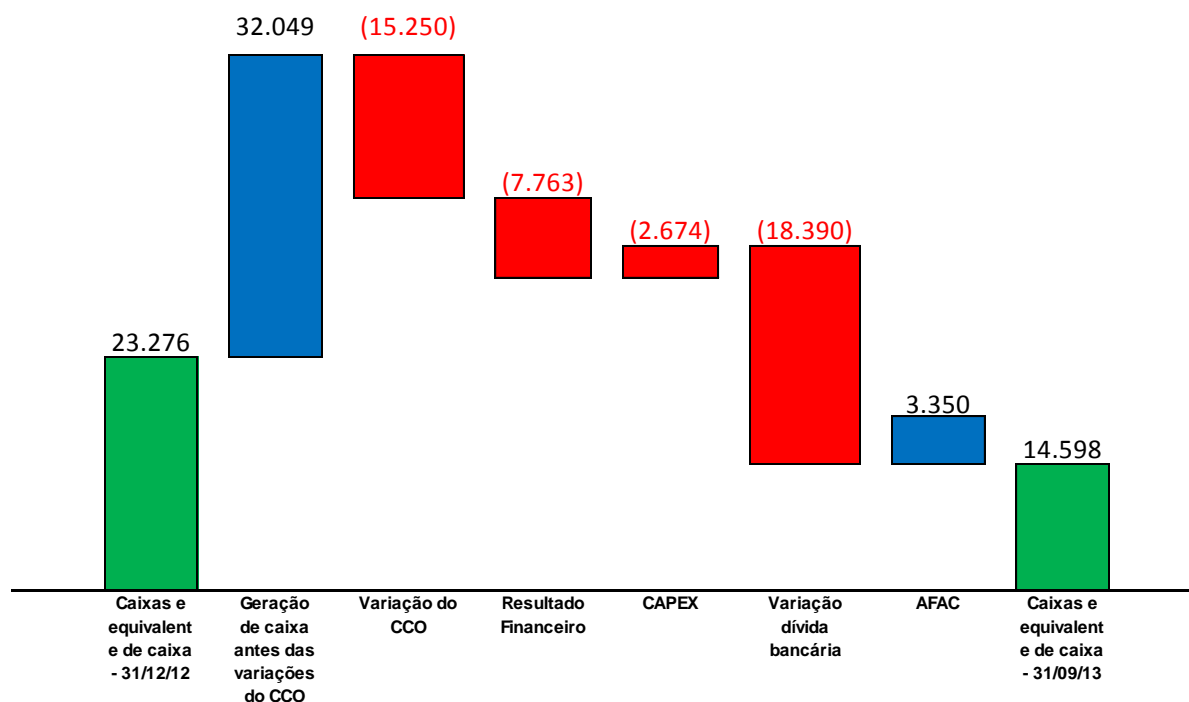
2.5. EBITDA

No consolidado, o EBITDA do ano totalizou R\$ 27,6 milhões contra R\$ 23,2 milhões dos 9M12, representando um aumento de 18,9%. A margem EBITDA ficou em 11,7% no 9M13 contra 10,5% no 9M12.

Ebitda - Consolidado	3T13	3T12	%	9M13	9M12	%
Lucro líquido / Prejuízo	(2,1)	0,3	-776,1%	1,0	1,8	-45,6%
(+) Depreciações e Amortizações	2,6	1,9	38,2%	7,1	6,4	11,3%
(+/-) Resultado Financeiro	7,0	5,9	17,3%	19,6	15,1	29,7%
(+ / -) IRPJ / CSLL	-	-	0,0%	-	-	-
Ebitda (R\$ MM)	7,5	8,1	-7,7%	27,6	23,2	18,9%
Receita Líquida	82,4	69,3	18,9%	235,0	221,3	6,2%
Margem Ebitda (%)	9,1%	11,7%	-2,6 p.p.	11,7%	10,5%	1,2 p.p.

2.6. Fluxo de Caixa

No 3T13, fechamos com um caixa de R\$ 14,5 milhões, contra R\$ 23,2 milhões no 4T12. Merecem destaques a variação do capital circulante operacional, proveniente predominantemente do aumento do contas a receber de clientes em R\$ 28,6 milhões, em razão do volume de vendas, quando comparado ao 4T12, bem como da redução de estoques em R\$ 19,5 milhões, que impactaram positivamente no fluxo operacional. Além disso, a Companhia promoveu uma redução dos empréstimos bancários de R\$ 18,4 milhões.



2.7. Dívida Líquida

R\$ Milhões	set/13	dez/12
Disponibilidades	14,6	23,3
Dívida Bruta (R\$mil)	142,0	146,6
Dívida Líquida (R\$mil)	127,4	123,4

A Companhia encerrou o 3T13 com dívida líquida de R\$ 127,4 milhões, um aumento de R\$ 4,0 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2012, em decorrência do aumento no capital circulante operacional (principalmente Contas a Receber de Clientes em razão do aumento de vendas), investimentos em ativos imobilizados e pagamento de juros sobre empréstimos.

A companhia está trabalhando na estruturação de operações para alongar o endividamento e reduzir o

Composição dos empréstimos e financiamentos por ano de vencimento (R\$ Mil)

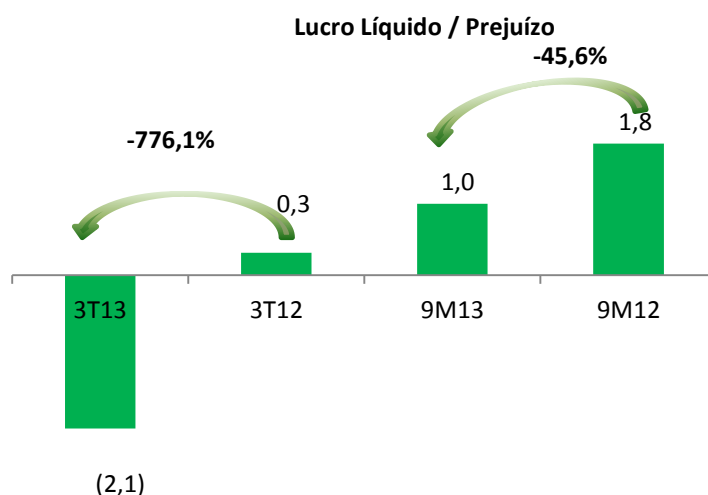
	Consolidado	
	Set/13	Dez/12
2013	44.719	75.411
2014	42.185	27.308
2015	25.639	17.800
2016	15.685	8.628
2017	2.014	2.759
2018	1.968	2.644
2019	1.958	2.529
2020	1.958	2.415
2021 em diante	5.874	7.149
Total	142.000	146.643

2.8. Lucro Líquido

R\$ Milhões	3T13	3T12	Var. 3T13/3T12	9M13	9M12	Var. 9M13/9M12
Lucro Líquido	(2,1)	0,3	-776,1%	1,0	1,8	-45,6%
Margem líquida %	-2,5%	0,4%	-2,8 p.p.	0,4%	0,8%	-0,4 p.p.

No acumulado do ano, a Companhia fechou com Lucro Líquido de R\$ 1,0 milhão, uma redução de 45,6% quando comparado com os 9M12, que foi de R\$ 1,8 milhões.

No 3T13, a Companhia apresentou Prejuízo de R\$ 2,1 milhões, contra R\$ 0,3 milhões de Lucro Líquido no 3T12.



3. Governança Corporativa

A Companhia adota uma postura ética, responsável e transparente na condução de seus negócios e busca aperfeiçoar constantemente seus padrões de Governança Corporativa de acordo com as melhores práticas

do mercado, tendo como principal objetivo o de preservar os direitos dos seus acionistas, por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de otimizar e preservar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade.

Em 01 de Outubro de 2013, assumiu o cargo de CEO da Companhia o Sr. Paulo Ricardo de Oliveira, como parte do processo de melhoria da Governança Corporativa.

Naquela data o Sr. Roberto Estefano, principal acionista da Companhia, deixou o cargo de Presidente Executivo e passou a manter a função de Presidente do Conselho de Administração. O cargo de Diretor-Superintendente foi extinto na data mencionada e seu ocupante, o acionista Eduardo Estefano Filho, permanece como membro do Conselho de Administração.

As mudanças citadas na Direção Executiva fazem parte de mais uma etapa no aperfeiçoamento da Governança Corporativa da Companhia, visando uma potencial migração para o segmento de listagem da BM&FBOVESPA S.A denominado "Nível 1".

Paulo Ricardo traz para a Companhia uma profunda experiência multisetorial e uma provada capacidade de liderança e de execução em ambientes de crescimento e transformação, demonstradas em grandes organizações ao longo de sua carreira, como Pirelli, De La Rue, Teleperformance e Drogaria Onofre.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral informados de qualquer progresso com relação a este assunto.

4. Serviços Prestados pelos Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia declara que não contratou outros serviços da GF Auditores Independentes, além daqueles relacionados à auditoria externa, durante 2013. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As informações trimestrais da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, e são parte das demonstrações trimestrais auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

5. Declaração da Diretoria

Em conformidade às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, item 5 da Instrução CVM 480/09, declaramos que a Diretoria revisou, discutiu e concordou com as informações trimestrais da Cambuci S.A. e com o relatório de revisão dos auditores independentes para o período findo em 30 de setembro de 2013.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Cambuci S.A. (designada neste relatório como “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na Cidade de São Paulo - SP. Está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – BMF&BOVESPA com o código de negociação “CAMB4”.

A Cambuci tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, tais como fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia e em Bayeux no Estado da Paraíba.

A Companhia mantém atividades comerciais no exterior através de suas controladas na Espanha, Argentina, Chile e no Paraguai uma unidade industrial.

2. Sumário das principais práticas contábeis

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis aplicadas na elaboração destas informações trimestrais em relação àquelas apresentadas na Nota nº 2 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, divulgadas em 28 de março de 2013.

2.1 Declaração de conformidade, base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

- (i) **Base de mensuração** - As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir valor justo de ativos e passivos.
- (ii) **Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior grau de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais consolidadas estão divulgadas na Nota 3 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2012.
- (iii) As informações trimestrais consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo os pronunciamentos técnicos IAS 34 e CPC 21- Demonstração Intermediária, condizentes com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais (“ITR”).
- (iv) As informações trimestrais individuais da Controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme o pronunciamento CPC 21 – Demonstração Intermediária,

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

condizentes com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais (“ITR”).

- (v) **Aprovação das Demonstrações Financeiras** - A aprovação e autorização para emissão dessas informações trimestrais foi concedida pelo Conselho de Administração em 07 de novembro de 2013.

(a) Bases de elaboração

Não ocorreram mudanças nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações trimestrais em relação àqueles utilizadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

(b) Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, bem como não há ativos não circulantes mantidos para a venda ou operações descontinuadas.

As informações trimestrais consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, como a seguir apresentado:

	Sede (País)	Participação no capital total - %		
		Set/13	Dez/12	Dez/11
Controladas Diretas				
Cambuci Importadora Ltda.	Brasil	99,99	99,99	99,99
Era Sports Ltda.	Brasil	99,99	99,99	99,99
Impar Paraguay S/A	Paraguai	96,70	96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	Brasil	98,00	98,00	98,00
Latinline S/A	Uruguai	100,00	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	Argentina	95,00	95,00	95,00
Penalty Chile S/A	Chile	76,00	76,00	76,00
Penalty Ibéria S.L	Espanha	100,00	100,00	100,00

Os períodos contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações trimestrais encerradas em 30 de setembro de 2013. Todos os saldos e transações mantidos entre as partes relacionadas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

Cambugi S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de
30 de setembro de 2013**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Demonstrações financeiras individuais

As informações contábeis intermediárias individuais da Controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações e das Normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações trimestrais individuais, denominada “Controladora”, estão sendo publicadas juntamente com as informações trimestrais consolidadas e não apresentam diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidado.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS apenas na avaliação dos investimentos em controladas que são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que pelo IFRS seriam avaliadas pelo custo ou pelo valor justo.

2.2 Reapresentações das informações trimestrais de 30 de setembro de 2012

Com o objetivo de melhorar a apresentação das informações trimestrais em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, a Administração da Companhia decidiu reapresentar a demonstração da mutação do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa e aprimorar as notas explicativas em geral. As notas explicativas foram expandidas com o objetivo de divulgar informações financeiras complementares visando o melhor entendimento por parte do leitor. Cabe ressaltar que a reapresentação das correspondentes informações trimestrais, não causou efeitos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do trimestre, originalmente apresentados.

Os principais aprimoramentos ocorridos nas demonstrações do fluxo de caixa, referente ao período findo em 30 de setembro de 2012, foram:

- (a) R\$ 4.821 (Controladora) e R\$ 5.282 (Consolidado) referentes a juros pagos - transferidas das atividades de financiamentos para as atividades operacionais;
- (b) R\$ (2.713) (Controladora) e R\$ (7.781) (Consolidado) referentes a adições ao imobilizado e ao intangível – transferidos das atividades operacionais para atividades de investimentos;
- (c) R\$ 23.519 (Controladora) e R\$ (40.126) (Consolidado) referentes a diversas alterações realizadas para uma melhor apresentação desta demonstração.

As alterações entre os grupos de reservas ocorridas na demonstração da mutação do patrimônio líquido, da controladora e do consolidado, estão representadas no quadro abaixo, nas quais não sofreram alterações na sua totalidade.

Cambugi S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Original			Reapresentado				
	Reserva de capital	Reserva de lucros	Total das reservas	Reserva de capital	Reserva de lucros			Total das reservas
					Incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal	
Em 31 de dezembro de 2010	75.367		75.367	75.367				75.367
Constituição de Reservas	23.703	4.790	28.493		23.367	4.790	336	28.493
Realização de reservas	(96.445)		(96.445)	(75.367)	(21.078)			(96.445)
Em 31 de dezembro de 2011	2.625	4.790	7.415	-	2.289	4.790	336	7.415
Em 30 de setembro de 2012	2.625	4.790	7.415	-	2.289	4.790	336	7.415

2.3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2013.

2.3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Alguns novos procedimentos contábeis e interpretações foram publicados e/ou revisadas e tem a opção ou obrigatoriedade para o período iniciado em 01/01/2013. Segue abaixo a avaliação dos impactos dos novos procedimentos aplicáveis às operações da Companhia:

• IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IFRS 10 estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. A adoção dessa IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para o período de nove meses findo corrente e exercício anterior.

• IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 13, que substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. A adoção desta IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para o período corrente e exercício anterior.

• Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS19, que introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas. A adoção desta IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para o período corrente e exercício anterior.

Cambugi S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de
30 de setembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

• Alterações à IAS 16 – Imobilizado

Esta norma explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques. A adoção desta IAS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para o período corrente e exercício anterior.

• IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (Revisado em 2011)

Como consequência do recente IFRS 10, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, em demonstrações financeiras em separado. A adoção dessa IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para o período de nove meses corrente e exercício anterior.

2.3.2. Norma, alteração e interpretação de norma existente que ainda não está em vigor e não foi adotada antecipadamente pela Companhia**IFRS 9 Instrumentos Financeiros**

Classificação e Mensuração, encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2015.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas informações intermediárias que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas.

4. Política de gestão de risco

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4.1 Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possíveis e remotos para cada tipo de risco de mercado a que está exposta, apresentada na Nota 18.3.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

(a) Exposição a riscos cambiais

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), das taxas pós-fixadas indexadas a inflação e da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário").

4.2 Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras de grande porte.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

A exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros não derivativos na data de apresentação do relatório é o seu valor contábil deduzido de quaisquer perdas de valor recuperável. Em 30 de setembro de 2013, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Contudo, em caso de eventual

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui provisão para trazê-las ao seu valor provável de realização.

4.3 Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

Nota	Consolidado				Total
	Até um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)	
Circulante					
Fornecedores	14.112				14.112
Empréstimos e financiamentos	16	92.968			92.968
Debêntures	17	3.976			3.976
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	15.594	19.666	13.772	49.032
Debêntures	17	5.393			5.393
Em 30 de setembro de 2013		111.056	20.987	13.772	165.481

(i) As faixas de vencimento apresentadas são baseadas nos contratos firmados.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	Set/13	Dez/12	Set/13	Dez/12
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa	16	25	16	25
Bancos - conta corrente	5.467	14.684	14.582	23.251
	5.483	14.709	14.598	23.276

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros.

Cambugi S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

6. Aplicações financeiras

	Controladora	
	Set/13	Dez/12
Mantidas até o vencimento		
Depósitos restritos	534	500
Total	534	500
No ativo não circulante	534	500
	534	500

Em 30 de setembro de 2013, os ativos mantidos até o vencimento da Companhia correspondem à aplicação financeira em CDB, classificadas no ativo não circulante.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	Set/13	Dez/12	Set/13	Dez/12
Cientes				
no Brasil	78.496	65.534	102.309	74.837
no exterior	3.111	1.436	3.185	1.436
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.122)	(4.816)	(5.189)	(4.816)
Total	76.485	62.154	100.305	71.457

A Companhia mensura regularmente efeitos de valor presente em suas contas a receber, conforme mencionado na Nota 2.9 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de setembro de 2013 e de 31 de dezembro de 2012, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

A composição do saldo das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	Set/13	Dez/12	Set/13	Dez/12
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	2.288	3.234	4.584	3.234
De 31 a 180 dias	5.285	5.560	6.061	5.560
A partir de 180 dias	6.156	6.952	9.027	6.952
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.122)	(4.816)	(5.189)	(4.816)
Total dos títulos vencidos - terceiros	8.607	10.930	14.483	10.930
Títulos a vencer - terceiros	51.854	34.786	85.822	60.527
Total da carteira de clientes - terceiros	60.461	45.716	100.305	71.457
Total da carteira com controladas	16.024	16.438	-	-
Total da carteira de clientes	76.485	62.154	100.305	71.457
% dos títulos vencidos acima de 30 dias da carteira de clientes	14,02%	18,68%	14,30%	16,40%

A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Cambugi S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	Set/13	Dez/12	Set/13	Dez/12
Saldo da provisão no início do exercício	(4.816)	(2.791)	(4.816)	(2.941)
(Provisões) do período	(323)	(2.083)	(390)	(2.083)
Baixa de títulos considerados incobráveis	17	58	17	208
Saldo da provisão no final do período	<u>(5.122)</u>	<u>(4.816)</u>	<u>(5.189)</u>	<u>(4.816)</u>

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	Set/13	Dez/12	Set/13	Dez/12
Produtos acabados	24.867	31.812	38.066	53.598
Importação em andamento	2.066	3.275	2.066	3.275
Produtos em elaboração	1.770	2.687	1.770	2.687
Matérias-primas	8.873	11.628	12.607	12.775
Matérias-primas em trânsito	263	1.419	572	1.419
Material de manutenção	1.284	2.083	1.284	2.083
	<u>39.123</u>	<u>52.904</u>	<u>56.365</u>	<u>75.837</u>

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima e produtos acabados da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

9. Partes relacionadas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes.

Sobre os saldos a receber entre as partes relacionadas, em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não há provisão registrada para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Conforme mencionados na Nota 16 (f), tem sido prática entre as partes relacionadas conceder entre si, avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Compra de matérias-primas,
Contas a receber clientes	Crédito com partes relacionadas	Fornecedores	Venda de produtos	produtos acabados, serv.
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.		692		
Era Sports Ltda.		63		
Impar Paraguay S/A	2.004	216	5.295	1.029
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	1.353	34.602	954	7.236
Penalty Argentina S/A	10.170			2.597
Penalty Chile S/A	1.486	606		233
Penalty Ibéria S.L.	1.011	919	95	21
Total	16.024	37.098	6.344	11.116

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Compra de matérias-primas,
Contas a receber clientes	Crédito com partes relacionadas	Fornecedores	Venda de produtos	produtos acabados, serv.
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.		567		
Era Sports Ltda.		61		
Impar Paraguay S/A	1.561	216	4.112	6.296
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	4.369	31.272	322	4.035
Penalty Argentina S/A	8.465			2.385
Penalty Chile S/A	1.135	606		334
Penalty Ibéria S.L.	908	919	84	1.005
Total	16.438	33.641	4.518	14.055

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas. Os prazos de vencimento variam de 60 a 180 dias e não há incidência de encargos financeiros sobre essas transações.

Os saldos com as empresas ligadas, classificados em “Partes relacionadas”, no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as companhias do grupo.

Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

Os sócios controladores são avalistas e garantidores em determinadas operações de empréstimos e financiamentos realizadas pela Companhia.

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração tem competência exclusiva para decidir sobre a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 20% do capital social da Companhia vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante.

A Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”) proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

Cambugi S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Pessoal chave da administração

A Companhia considerou como “pessoal-chave da administração” os membros dos conselhos de administração, conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria.

Em 30 de setembro de 2013, o montante pago no período referente à remuneração de seu pessoal-chave da administração foi de R\$ 368 (R\$ 263 em 31 de dezembro de 2012).

Os membros da diretoria não mantém operação de empréstimos, adiantamentos e outras operações com a Companhia, além dos seus serviços normais.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05, a Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores; benefícios pós-emprego; benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseado em ações.

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	Set/13	Dez/12	Set/13	Dez/12
ICMS	661	803	1.124	962
IPI	204	97	206	97
PIS	187		272	26
COFINS	863		1.021	121
IVA de controladas no exterior			5.225	4.580
Outros	1.168	2	1.186	5
	<u>3.083</u>	<u>902</u>	<u>9.034</u>	<u>5.791</u>

11. Imposto de renda (“IR”) e Contribuição Social sobre o Lucro (“CSL”)

	Controladora	
	Set/13	Dez/12
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSL	964	(12.317)
Adições	7.328	6.060
Resultado da equivalência patrimonial	1.640	1.665
Outras	5.688	4.395
Exclusões	(22.475)	(25.039)
Efeitos tributários da adoção do Regime Tributário de Transição - RTT	(13)	(2.112)
Subvenção para investimento - ICMS	(16.717)	(22.927)
Outras	(5.745)	
Prejuízo fiscal e Base de Cálculo Negativa apurados	(14.183)	(31.296)

Os créditos fiscais diferidos não foram contabilizados em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32 que foi aprovado pela deliberação CVM 599/09. A Administração da Companhia mantém monitoramento de seus resultados, com vistas ao reconhecimento contábil dos referidos créditos fiscais se atingidas as condições previstas no citado Pronunciamento. Em 30 de setembro de 2013, o saldo do prejuízo fiscal é de R\$ 142.720 (R\$ 128.537 em 31 de dezembro 2012) e de base negativa de contribuição social é de R\$ 83.093 (R\$ 68.910 em 31 de dezembro 2012).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

12. Demais contas a receber –controladora e consolidado

Em 30 de setembro de 2013, os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem substancialmente, conforme a Nota 26, ação transitada em julgado da Eletrobrás, bem como os seguintes adiantamentos financeiros efetuados a: - fornecedores; - despachantes; - viagens; - férias; - patrocínios em clubes; - entre outras contas a receber.

13. Investimentos

(a) Informações sobre os investimentos

Investimento da controladora	Participação no capital total %	Controladora			
		Lucro (prejuízo) do período		Patrimônio líquido	
		2013	Set/13	Dez/12	Set/13
Controladas					
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	9	2.340	(8.287)	(8.293)
Era Sports Ltda.	99,99	(2)	(5)	(536)	(534)
Impar Paraguay S/A	96,70	1.004	724	4.359	3.925
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	98,00	(1.981)	(986)	(12.755)	(10.774)
Latinline S/A	100,00	896	623	2.904	2.454
Penalty Argentina S/A	95,00	2.490	262	4.509	2.260
Penalty Chile S/A	76,00	287	244	2.248	1.854
Penalty Ibéria S.L	100,00	(4.156)	(4.609)	(4.622)	(2.897)

(b) Em 30 de setembro de 2013, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

Em 30 de setembro de 2013

	Saldos em Dez/12	Aumento do capital social	Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Saldos em Set/13
Investimentos em controladas						
Impar Paraguay S/A	3.794			971	(549)	4.216
Latinline S/A	2.454		(688)	896	242	2.904
Penalty Argentina S/A	2.159			2.366	(240)	4.285
Penalty Chile S/A	1.437			218	53	1.708
	9.844	-	(688)	4.451	(494)	13.113
Provisão para perdas em investimentos						
Cambuci Importadora Ltda.	(8.293)			9	(2)	(8.286)
Era Sports Ltda.	(534)			(2)		(536)
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(10.560)			(1.940)		(12.500)
Penalty Ibéria S.L	(2.897)	3.080		(4.158)	(646)	(4.621)
	(22.284)	3.080	-	(6.091)	(648)	(25.943)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 30 de setembro de 2012

	Saldos em Dez/11	Aumento do capital social	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Saldos em Set/12
Investimentos em controladas					
Impar Paraguay S/A	3.170	351	860	(979)	3.402
Latinline S/A	1.823		479	(8)	2.294
Penalty Argentina S/A	1.993		368	(3)	2.358
Penalty Chile S/A	1.042		142	219	1.403
	<u>8.028</u>	<u>351</u>	<u>1.849</u>	<u>(771)</u>	<u>9.457</u>
	Saldos em Dez/11	Aumento do capital social	Equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Saldos em Set/12
Provisão para perdas em investimentos					
Cambuci Importadora Ltda.	(10.618)		(17)		(10.635)
Era Sports Ltda.	(529)				(529)
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(9.592)		(518)		(10.110)
Penalty Ibéria S.L	(531)	488	(3.423)	55	(3.411)
	<u>(21.270)</u>	<u>488</u>	<u>(3.958)</u>	<u>55</u>	<u>(24.685)</u>

A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente ao patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica “Provisão para perda em controladas”, tendo como contrapartida a conta de “resultado de equivalência patrimonial”.

14. Imobilizado

(a) A composição do ativo imobilizado está demonstrada no quadro abaixo:

	Taxa de Depreciação	Controladora					
		Set/13			Dez/12		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		145		145	145		145
Edificações	4%	10.648	(6.025)	4.623	10.648	(5.711)	4.937
Máquinas e equipamentos	6,67%	48.866	(30.595)	18.271	49.630	(28.388)	21.242
Equipamentos de computação	20%	6.801	(5.942)	859	6.766	(5.573)	1.193
Instalações	10%	14.217	(7.287)	6.930	14.209	(6.555)	7.654
Móveis e utensílios	10%	4.085	(2.337)	1.748	4.071	(2.105)	1.966
Outros ativos imobilizados	10% a 20%	10.146	(3.666)	6.480	8.433	(1.522)	6.911
Imobilizado em andamento		335		335	121		121
Total		<u>95.243</u>	<u>(55.852)</u>	<u>39.391</u>	<u>94.023</u>	<u>(49.854)</u>	<u>44.169</u>
	Taxa de Depreciação	Consolidado					
		Set/13			Dez/12		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		145		145	145		145
Edificações	4%	10.648	(6.025)	4.623	10.648	(5.711)	4.937
Máquinas e equipamentos	6,67%	53.171	(31.210)	21.961	54.517	(28.620)	25.897
Equipamentos de computação	20%	7.129	(6.242)	887	6.870	(5.869)	1.001
Instalações	10%	14.217	(7.287)	6.930	14.209	(6.555)	7.654
Móveis e utensílios	10%	4.085	(2.337)	1.748	4.071	(2.105)	1.966
Outros ativos imobilizados	10% a 20%	10.146	(3.666)	6.480	8.433	(1.522)	6.911
Imobilizado em andamento		335		335	121		121
Total		<u>99.876</u>	<u>(56.767)</u>	<u>43.109</u>	<u>99.014</u>	<u>(50.382)</u>	<u>48.632</u>

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia não reconheceu perdas por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam máquinas oferecidas como garantia às operações de financiamentos.

(b) A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada no quadro abaixo:

					Controladora
	Dez/12	Adições	Baixas	Depreciações	Set/13
Terreno	145				145
Edificações	4.937			(314)	4.623
Máquinas e equipamentos	21.242	930	(13)	(3.888)	18.271
Equipamentos de computação	1.193	35		(369)	859
Instalações	7.654	8		(732)	6.930
Móveis e utensílios	1.966	14		(232)	1.748
Outros ativos imobilizados	6.911	120	(87)	(464)	6.480
Imobilizado em andamento	121	282	(68)		335
Total	44.169	1.389	(168)	(5.999)	39.391

					Consolidado
	Dez/12	Adições	Baixas	Depreciações	Set/13
Terreno	145				145
Edificações	4.937			(314)	4.623
Máquinas e equipamentos	25.897	930	(596)	(4.270)	21.961
Equipamentos de computação	1.001	347	(88)	(373)	887
Instalações	7.654	8		(732)	6.930
Móveis e utensílios	1.966	14		(232)	1.748
Outros ativos imobilizados	6.911	120	(87)	(464)	6.480
Imobilizado em andamento	121	282	(68)		335
Total	48.632	1.701	(839)	(6.385)	43.109

(c) Bens dados em garantia e penhora

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía máquinas oferecidas como garantia para obtenção de empréstimos e financiamentos, bem como arroladas em defesa de processos judiciais. A Administração da Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos, processos judiciais ou vendê-los a outra companhia.

(d) Arrendamento mercantil financeiro (leasing)

A Companhia mantém no trimestre findo em 30 de setembro de 2013, operação de arrendamento mercantil financeiro para aquisição de bens do ativo imobilizado que são garantidos pela titularidade do arrendador aos ativos arrendados, cujo valor contábil residual, em 30 de setembro de 2013, é de R\$ 433 (31 de dezembro de 2012 era de R\$ 470).

Em 30 de setembro de 2013, o saldo a pagar dessas operações totaliza R\$ 168 e foi classificada na rubrica “Empréstimos e Financiamentos” na Nota 16.

(e) Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia analisou o prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, requerida pela interpretação técnica ICPC 10, com efeitos registrados a partir de 1º de janeiro de 2012. A análise foi concentrada, substancialmente, em máquinas e equipamentos. Como consequência da revisão dessa estimativa contábil, que visou realinhar o prazo da vida útil remanescente desses bens e, por consequência, ajustar a depreciação remanescente ao período de vida útil

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

residual dos bens, o impacto foi registrado a crédito no resultado da depreciação no último trimestre de 2012, no montante de R\$ 2.040.

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados	
	Set/13	Dez/12
Edificações	25 anos	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 15 anos	10 a 15 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Outros ativos imobilizados	5 a 10 anos	5 a 10 anos

As máquinas e equipamentos industriais foram avaliadas por um prazo médio de vida útil entre 10 e 15 anos, caracterizando o uso contínuo desses equipamentos. Esse prazo foi definido levando em consideração as manutenções preventivas e corretivas praticadas no decorrer da utilização do equipamento no processo produtivo, assim como, a constante substituição de peças de reposição na busca de avanço tecnológico e o aumento de produção.

(f) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Cambuci revisou e não identificou a existência de indicativos que determinados ativos poderiam estar abaixo do valor recuperável de realização. O método utilizado foi o modelo de fluxo de caixa descontado, utilizando premissas e análises de fatores internos e externos às operações da Companhia, que sinalizassem a presença de indicativos de risco de realização.

A avaliação dos ativos da Companhia é efetuada periodicamente pelo setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (*impairment*), pela Administração, foi o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, nenhuma provisão foi registrada devido à ausência de indicativos de risco de realização.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

15. Intangível

(a) Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Taxa de Amortização	Controladora					
		Set/13			Dez/12		
		Custo	Amortizações	Líquido	Custo	Amortizações	Líquido
Marcas e patentes	10%	2.100	(1.732)	368	1.695	(1.209)	486
Direito de uso de software (i)	20%	6.824	(992)	5.832	6.423	(872)	5.551
Outros ativos intangíveis (ii)		1.160	-	1.160	1.160	-	1.160
Total		10.084	(2.724)	7.360	9.278	(2.081)	7.197

	Taxa de Amortização	Consolidado					
		Set/13			Dez/12		
		Custo	Amortizações	Líquido	Custo	Amortizações	Líquido
Marcas e patentes	10%	2.100	(1.732)	368	1.606	(1.120)	486
Direito de uso de software (i)	20%	6.947	(1.053)	5.894	6.530	(969)	5.561
Outros ativos intangíveis (ii)		1.160	-	1.160	1.160	-	1.160
Total		10.207	(2.785)	7.422	9.296	(2.089)	7.207

(i) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia. São representados substancialmente pelos sistemas Totvs-EMS e LINX. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de cinco anos para o sistema de gestão Totvs-EMS.

Em 30 de setembro de 2013, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados por esses sistemas e projetos, nenhuma provisão para desvalorização por “*impairment*” foi constituída sobre esses saldos.

(ii) Os outros ativos intangíveis referem-se, substancialmente, a direito de uso de lojas que correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados, passíveis de venda.

(b) A movimentação do ativo intangível está demonstrada no quadro abaixo:

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

16. Empréstimos e financiamentos

	Encargos Financeiros Médios	Controladora		Consolidado	
		Set/13	Dez/12	Set/13	Dez/12
Em moeda corrente - R\$					
Capital de giro	CDI + 0,36% a.m.	34.323	30.559	41.311	30.559
Capital de giro	Fixo 18% a.a.			14.671	12.228
BNDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	30.177	37.295	30.177	37.295
Desenhahia - BNDES (a)	TJLP	19.894	21.350	19.894	21.350
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	550	228	550	228
Barclays (c)	0%	1.148	2.297	1.148	2.297
Leasing	1,04% a 1,24%	168	318	214	318
BDMG	IPCA + 6% a.a.	2.537	3.178	2.537	3.178
		<u>88.797</u>	<u>95.225</u>	<u>110.502</u>	<u>107.453</u>
Em moeda estrangeira - US\$					
Financiamento Importação	Taxa Libor + 3,5% a.a.	10.101	15.475	10.101	15.475
Capital de giro	90% da CDI (principal dolar, juros reais)	7.488	9.347	7.488	9.347
Capital de giro	Libor + 7,5% a.a.			13.909	14.368
		<u>17.589</u>	<u>24.822</u>	<u>31.498</u>	<u>39.190</u>
		<u>106.386</u>	<u>120.047</u>	<u>142.000</u>	<u>146.643</u>
Passivo circulante		57.436	62.867	92.968	75.411
Passivo não circulante		48.950	57.180	49.032	71.232

(a) Desenhahia

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo de R\$ 19.894 (controladora e consolidado) correspondem a 123 parcelas.

(b) Detalhamento das operações de financiamentos

Em 30 de setembro de 2013, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas estão assim demonstrados:

Cambugi S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Instituição Financeira	Finalidade	Cambuci S/A	Consolidado				Total
			Impar Sports	Penalty Ibéria	Penalty Argentina	Penalty Chile	
Banco del Chile	Capital de giro					10	10
Bradesco	Capital de giro			13.909			13.909
Banco Safra	Capital de giro	2.022					2.022
Banco do Brasil	Capital de giro	56					56
Banco Itaú	Capital de giro	7.488				446	7.934
Banco BBM	Capital de giro	2.265					2.265
Banco Paulista	Capital de giro	16.400					16.400
Banco Panamericano	Capital de giro	6.090					6.090
Banco Votorantim	Capital de giro	2.300					2.300
Banco da China	Capital de giro	5.190					5.190
Banco Santander	Capital de giro				14.214		14.214
Banco Daycoval	Capital de giro		6.989				6.989
Banco ABC	BNDES	8.030					8.030
Banco Daycoval	BNDES	9.677					9.677
Banco Itaú	BNDES	7.252					7.252
Banco Intercap	BNDES	2.213					2.213
Banco Safra	BNDES	3.005					3.005
Banco Santander	Finimp	2.017					2.017
Banco Votorantim	Finimp	2.677					2.677
Bic Banco	Finimp	957					957
Banco Safra	Finimp	2.193					2.193
Banco Sofisa	Finimp	2.257					2.257
Desembahia	Renegociações	19.894					19.894
BDMG	Renegociações	2.537					2.537
Barclays	Renegociações	1.148					1.148
Banco Safra	Leasing	27					27
Bic Banco	Leasing	115					115
Bradesco	Leasing	26					26
Banco del Chile	Leasing					46	46
Banco Santander	Finame	158					158
Banco Daycoval	Finame	392					392
		<u>106.386</u>	<u>6.989</u>	<u>13.909</u>	<u>14.214</u>	<u>502</u>	<u>142.000</u>

Todas as operações contam com garantias reais de bens do ativo, tais como: imóveis, máquinas e equipamentos e recebíveis.

(c) Barclays

Em junho de 1999, a Companhia assinou com o Banco Barclays & Galícia (Bahamas) Limited um contrato de financiamento de pré-pagamento de exportação com valor principal de US\$ 10.000 mil, dando como garantia bens móveis e imóveis no montante de R\$ 26.812. Esta operação foi renegociada e deixou de ser indexada na moeda dólar, sendo revisadas também as proporções das garantias, onde, uma parte foi liberada e, outra parte das garantias que já recaiam sobre os bens imóveis foi mantida, no montante equivalente ao saldo devedor. Em 30 de setembro de 2013, o saldo remanescente a pagar era de R\$ 1.148, que será pago em 07 parcelas de R\$ 164, sem juros, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 20 de março de 2013.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Agenda de pagamentos

O montante dos financiamentos com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	Set/13	Dez/12
2013	44.719	75.411
2014	48.249	27.308
2015	19.575	17.800
2016	15.685	8.628
2017	2.014	2.759
2018	1.968	2.644
2019	1.958	2.529
2020	1.958	2.415
2021 em diante	5.874	7.149
Total	<u>142.000</u>	<u>146.643</u>

(e) Encargos financeiros capitalizados

A Companhia tem como prática capitalizar os encargos financeiros sobre o saldo dos projetos em andamento, os quais, inclui variação monetária e parte da variação cambial. Entretanto, nenhum ajuste foi realizado no decorrer do período em análise.

(f) Garantias

A Cambuci concedeu garantias para parte de seus empréstimos e financiamentos conforme mencionado nas Notas 7, 9 e 14 (c).

(g) Cláusulas restritivas de contratos

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros.

17. Debêntures (emissões públicas não conversíveis em ações)

	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		Set/13	Dez/12	Set/13	Dez/12
Debêntures	INPC mais juros de 8,5% a.a.	9.369	11.343	9.369	11.343
Passivo circulante		3.976	3.976	3.976	3.976
Passivo não circulante		5.393	7.367	5.393	7.367
		<u>9.369</u>	<u>11.343</u>	<u>9.369</u>	<u>11.343</u>

O montante das debêntures com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Cambugi S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Vencimentos	Controladora		Consolidado	
	Set/13	Dez/12	Set/13	Dez/12
2014	994	3.976	994	3.976
2015	4.399	3.391	4.399	3.391
Total	5.393	7.367	5.393	7.367

Em AGE de julho/98 foi aprovada a emissão pública de 15.000 debêntures da Companhia, as quais foram emitidas em agosto/98 com vencimento em agosto/01, parcialmente adquiridas pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos. Após o vencimento, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago em até 60 meses, corrigidas pelo INPC e acrescida de juros de 8,5% ao ano. Manteve-se como garantia de adimplência a marca "Penalty".

Em 14 de outubro de 2010, a Administração da Companhia visando colocar fim à execução e aos embargos de devedor, assim como à medida cautelar de sustação de protesto, e à respectiva ação ordinária declaratória, a Companhia pagará à Postalis, com a anuência expressa da Fair Corretora de Câmbio e Valores Ltda, o valor de R\$ 18.480, que passa a ser o valor devido enquanto a Companhia estiver adimplente com as obrigações ora estabelecidas, da seguinte forma:

- R\$ 3.113 no dia 14 de outubro de 2010;
- R\$ 15.077, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano;
- R\$ 290 relativos a ressarcimento de custas e outras despesas decorrentes de todos os litígios.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia encontra-se adimplente com a atual operação.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais. Essas ações poderiam existir através de instrumento financeiro ou outro contrato que dá ao seu titular o direito a ações ordinárias.

18. Instrumentos financeiros

- 18.1** A Cambuci detinha, em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os seguintes instrumentos financeiros não derivativos, segundo a definição dada pelo CPC 38 e IAS 39. Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variaram em relação aos saldos apresentados no balanço da Controladora e do Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Classificação por categoria	Nota	Controladora		Consolidado	
			Set/13	Dez/12	Set/13	Dez/12
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	5	5.483	14.709	14.598	23.276
			5.483	14.709	14.598	23.276
Aplicações financeiras						
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	6	534	500	534	500
			534	500	534	500
Contas a receber clientes						
	Empréstimos e recebíveis	7	76.485	62.154	100.305	71.457
			76.485	62.154	100.305	71.457
Partes relacionadas						
Ativos	Empréstimos e recebíveis	9	37.098	33.641		381
			37.098	33.641		381
Fornecedores						
	Outros passivos financeiros		19.123	15.498	14.112	14.005
			19.123	15.498	14.112	14.005
Empréstimos e financiamentos						
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	16	17.589	24.822	31.498	39.190
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	16	88.797	95.225	110.502	107.453
			106.386	120.047	142.000	146.643
Debêntures						
	Outros passivos financeiros	17	9.369	11.343	9.369	11.343
			9.369	11.343	9.369	11.343
Tributos Parcelados						
PPI	Outros passivos financeiros	19	8.360	9.915	8.360	9.915
Refis	Outros passivos financeiros	19	22.089	21.803	24.058	24.014
PEP'S	Outros passivos financeiros	19	489		489	
Decreto Parcelamento 772799	Outros passivos financeiros	19	2.248		2.248	
			33.186	31.718	35.155	33.929

A Administração da Companhia não realizou operações envolvendo transferências de ativos financeiros nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012. Nas referidas datas, a Companhia tinha recebíveis (contas a receber de clientes) oferecidos como garantia de empréstimos e financiamentos.

(a) Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- (i) contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- (ii) o valor justo de partes relacionadas ao final de cada período é igual ao valor contábil.
- (iii) o valor justo dos financiamentos é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Cambuci em instrumentos financeiros similares.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Hierarquia de valor justo

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia, não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são:

Nível 1 – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; e

Nível 2 – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de swap ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos conforme mencionado na Nota 18.3(a).

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

18.2 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

(a) Contas a receber de clientes

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 30 de setembro de 2013, a classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2012.

(b) Indicadores de inadimplência

	Controladora		Consolidado	
	Set/13	Dez/12	Set/13	Dez/12
Faturamento bruto (anualizado)	292.341	267.592	366.348	332.824
Total dos títulos vencidos	11.441	12.512	15.088	12.512
Indicadores de inadimplência (i)	3,91%	4,68%	4,12%	3,76%

(i) Indicador de inadimplência = total dos títulos inadimplentes, acima de 30 dias, sobre o total do faturamento anualizado.

18.3 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência das taxas de câmbio, taxas de juros e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos a essas variáveis estão apresentadas a seguir.

Em 30 de setembro de 2013, os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aos de mercado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(a) Seleção dos riscos

Os principais riscos que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são:

- (i) a taxa de câmbio dólar-real
- (ii) indexadores de mercado (CDI / INPC / IPCA / TJLP / TR)

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Cambuci apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuar transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos, assim como não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos financeiros de proteção *hedge*.

A Companhia ainda apresenta, em 30 de setembro de 2013, valores referentes a alguns empréstimos e financiamentos, que por estarem em processo judicial não podem ser comparados aos valores de mercado.

(b) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Cambuci inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Administração da Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Dado que a Cambuci administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais.

Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, da cotação do dólar em relação ao dólar de fechamento para o trimestre findo em 30 de setembro de 2013.

(c) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar-real

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, à variação da taxa de câmbio dólar-real, segundo o que determina a instrução CVM 475/08, é apresentada na tabela abaixo com as variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Operação	Contratos		Cenário Provável		Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
	Valor	Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda		
CDI	R\$ 41.062	9,5000%	11,8750%	975	14,2500%	1.950		
IPCA	R\$ 2.537	5,5000%	6,8750%	35	8,2500%	70		
INPC	R\$ 9.369	5,5000%	6,8750%	129	8,2500%	258		
TJLP	R\$ 50.071	5,0000%	6,2500%	626	7,5000%	1.252		
TR	R\$ 550	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	-		
LIBOR	R\$ 24.010	0,7525%	0,9406%	45	1,1288%	90		
DÓLAR	\$ 13.909	2,2000	2,7500	7.650	3,3000	15.300		
Total				9.460		18.920		

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(a) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 25% em relação às taxas do cenário provável.

(b) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 50% em relação às taxas do cenário provável.

19. Tributos a recolher

Nota	Controladora		Consolidado	
	Set/13	Dez/12	Set/13	Dez/12
Impostos e contribuições				
ICMS	54		12.534	11.862
PIS	233	14	285	14
COFINS	803	66	1.045	66
Outros	164	91	766	889
	1.254	171	14.630	12.831
Tributos parcelados				
REFIS - Lei 11.941/09	(a) 22.089	21.803	24.058	24.014
Parcelamento do ICMS	(b) 11.097	9.915	11.097	9.915
	34.440	31.889	49.785	46.760
Passivo circulante	8.461	4.897	9.636	5.847
Passivo não circulante	25.979	26.992	40.149	40.913
	34.440	31.889	49.785	46.760

(a) REFIS

A Companhia optou por efetuar o pedido de adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, definido pela Lei nº 11.941/09, tendo em vista as condições favoráveis deste programa. Os pedidos de adesão foram efetuados tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos. A adesão incluiu parcelamento de suas contribuições previdenciárias, débitos devidos junto à Secretária da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A adesão ao parcelamento proporcionou à Companhia parcelamento do principal em 180 meses com reduções de 60% nas multas de mora, 25% nos juros e 100% nos encargos legais.

Em 27 de junho de 2011, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional emitiu recibo de consolidação do parcelamento de dívidas incluídas no REFIS IV.

Em 30 de setembro de 2013, não havia parcelas vencidas em que pudesse desqualificar a Companhia do referido programa.

Cambugi S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) PPI - Programa de parcelamento Incentivado

O PPI foi um programa de parcelamento incentivado concedido pelo governo do Estado de São Paulo, através do decreto 51.960 de 04 de julho de 2007, para a liquidação de débitos fiscais relacionados ao ICMS.

O parcelamento concedeu a redução no valor dos juros e das multas punitivas e moratórias em vários percentuais de acordo com a forma de pagamento. A Companhia optou por parcelar a dívida em 180 meses, com o benefício da redução de 50% das multas punitivas e moratórias e 40% do valor atualizado dos juros incidentes sobre o imposto e a multa.

Os débitos que foram incluídos no parcelamento tinham a probabilidade de perda provável.

A atualização das parcelas foi acrescida de juros equivalentes à taxa Selic, acumulada mensalmente e calculada a partir do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela, e de 1% relativamente ao mês em que o pagamento da parcela estivesse sendo efetuada.

Em 30 de setembro de 2013, não havia parcelas vencidas em que pudesse desqualificar a Companhia do referido programa. E o saldo existente é de R\$ 8.360 (controladora e consolidado).

20. Provisões para contingências

Natureza	Set/13			Controladora Dez/12		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhista	1.845	(1.374)	471	1.570	(1.182)	388
Tributário	1.574	(1.690)	(116)	1.525	(1.093)	432
Total	3.419	(3.064)	355	3.095	(2.275)	820

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Controladora		
	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.570	1.525	3.095
(+) Complemento de provisão	699	132	831
(-) Pagamento de ações	(424)	(83)	(507)
Saldo em 30 de setembro 2013	<u>1.845</u>	<u>1.574</u>	<u>3.419</u>

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2014 e 2017.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de
30 de setembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

21. Contingências - perdas possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cíveis, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas na Nota 20.

Além dos processos mencionados na Nota 20, em 30 de setembro de 2013, existem outros processos em andamento que totalizam R\$ 12.974 para os quais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, que julgam como possíveis as possibilidades de êxito com esses processos, entendem não ser devido qualquer valor relativo a essas notificações e, portanto, não constituiu provisões para esse fim. Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

- a) Ações cíveis, num montante de R\$ 869, com grande parte pleiteando danos morais e materiais.
- b) Ações trabalhistas, movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de adicionais salariais e horas extras no montante de R\$ 2.228.
- c) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 9.877.

22. Patrimônio líquido**(a) Capital Social**

Em 30 de setembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 32.340, representado por 36.960.000 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal sendo 12.420.600 ordinárias com direito a voto e 24.539.400 preferenciais sem direito a voto.

Em reunião realizada em 07 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia mediante a emissão de 2.000.000 de novas ações, sendo 666.667 ações ordinárias e 1.333.333 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As novas ações terão os mesmos direitos, vantagens e características asseguradas às ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, nos termos previsto no Estatuto Social da Companhia.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Até 30 de setembro de 2013, os acionistas da Companhia haviam exercido o direito de subscrição referente a uma parcela das 2.000.000 de novas ações, sendo certo que a Companhia fará nos próximos meses uma oferta pública de distribuição de ações não subscritas em aumento

Cambugi S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas às informações trimestrais de
30 de setembro de 2013****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.**

de capital por meio de leilão de sobras para ofertar aos seus acionistas e ao mercado as ações não subscritas no referido aumento de capital. Tão logo essa oferta pública seja concluída, a Companhia realizará os procedimentos para homologação do aumento de capital, quando o ato, em sua integralidade, se concretizará. O valor recebido pela Companhia referente ao exercício do direito de subscrição de ações no montante de R\$ 3.296 foi registrado na rubrica “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital” no passivo não circulante, devido à existência de opção dos subscritores de ações do direito de rever a sua decisão em relação à subscrição de ações.

A íntegra do aviso aos acionistas está disponível no site da CVM sob o Código CVM : 2100 - Razão Social : CAMBUCI S.A. em Comunicado ao mercado.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais. Essas ações poderiam existir através de instrumento financeiro ou outro contrato que dá ao seu titular o direito a ações ordinárias.

(b) Reserva de capital – incentivos fiscais

O saldo desta reserva era composto principalmente pelo benefício fiscal de subvenção de ICMS sobre os empreendimentos instalados nos Estados da Bahia e Paraíba. Com a adoção das Leis 11.638/07 e 11.941/09, a partir de 1 de janeiro de 2007, o benefício do ICMS passou a ser lançado em conta de resultado do exercício, sendo destinado à conta de reserva de lucros por proposta da Administração, referendada pela Assembleia Geral.

(c) Reserva de lucros**(i) Reserva legal**

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal, até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital social ou para absorver prejuízos.

Ao final do exercício de 2012, a Companhia destinou o saldo da reserva legal para absorver parte do prejuízo do exercício no montante de R\$ 336, referendada pela AGO/E em 29 de abril de 2013.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

De acordo com o Art. 195-A da Lei 6.404/76, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).

Ao final do exercício de 2012, a Companhia destinou o saldo da reserva de incentivos fiscais para absorver parte do prejuízo do exercício no montante de R\$ 2.289, referendada pela AGO/E em 29 de abril de 2013.

(iii) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva foi constituída com base em lucro não realizado no exercício de 2011, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da lei 6.404/76, que estabelece, nos anos em que os dividendos passíveis de distribuição excederem o caixa gerado pelo resultado apurado

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

pela Companhia, a AGO pode, mediante proposta da Administração, destinar tal excesso à “reserva de lucros a realizar”. Com base na Lei 6.404/76, essa reserva deve apenas ser utilizada para (i) absorver prejuízos e (ii) pagar dividendos.

Ao final do exercício de 2011, a Companhia destinou R\$ 4.790 do saldo remanescente do resultado do exercício para essa reserva que foi referendada pelas AGO/E de 30 de abril de 2012 e 31 de dezembro de 2012. A Companhia utilizou o saldo desta reserva para absorver parte do prejuízo do exercício referendada pela AGO/E em 29 de abril de 2013.

(d) Outros resultados abrangentes

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(e) Dividendos propostos e destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, tem a seguinte destinação:

- (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social;
- (ii) De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

(f) Destinação do resultado de 2011

Em 30 de abril de 2012, foi aprovado em AGO/E o dividendo no montante de R\$ 1.597 (correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado para o cálculo do dividendo), para pagamento até 31 de dezembro de 2012.

Os dividendos propostos representaram R\$ 0,0432 para cada ação ordinária e preferencial, em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Companhia.

A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, referente ao exercício social de 31 de dezembro de 2011, está apresentada no quadro abaixo:

	2011
Lucro líquido do exercício dos acionistas da Companhia	6.723
Parcela destinada a reserva legal - 5%	(336)
Lucro líquido do exercício ajustado para cálculo do dividendo	6.387
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	1.597
Parcela destinada à reserva de lucros a realizar	4.790
Saldo de lucros acumulados	-

(g) Dividendos

O pagamento de dividendos encontra-se suspenso em razão da decisão proferida pelo juiz da 8ª Vara Execução Federal de São Paulo determinando que “*se bloqueie os dividendos a serem distribuídos para os acionistas*” da Cambuci S.A., aprovados na AGO/E de 30 de abril de 2012.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Esse bloqueio refere-se à cobrança de débitos tributários inscritos em Dívida Ativa da União, os quais estão contemplados no pedido de parcelamento simplificado instituído pela Lei 10.522/2002. Esses tributos não foram reconhecidos no referido parcelamento por um lapso da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”).

A Administração da Companhia está tomando todas as providências cabíveis junto a PGFN e ao Juiz competente, para que seja determinado o desbloqueio integral dos dividendos, já que o parcelamento foi reconhecido pelas respectivas autoridades fiscais.

23. Lucro por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do período ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia, conforme descrito na Nota 22.

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do período ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia conforme descrito na Nota 22.

O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do período, ajustado pelo número de ações, quando aplicável, readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por um fator ponderador de tempo.

O cálculo da média ponderada, no período findo em 30 de setembro de 2013, está demonstrado a seguir:

	Total das ações em circulação			Média ponderada		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total média ponderada	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total média ponderada
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12.420.600	24.539.400	36.960.000	12.420.600	24.539.400	36.960.000
Retirada de acionistas ou recompra de ações	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2013	<u>12.420.600</u>	<u>24.539.400</u>	<u>36.960.000</u>	<u>12.420.600</u>	<u>24.539.400</u>	<u>36.960.000</u>

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o resultado do período ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Cambugi S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Set/2013		Dez/2012	
	Básico	Diluído	Básico	Diluído
Cálculo do lucro por ação:				
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	964	964	(12.317)	(12.317)
Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador):				
Ações Ordinárias	324	324	(4.139)	(4.139)
Ações Preferenciais	640	640	(8.178)	(8.178)
	<u>964</u>	<u>964</u>	<u>(12.317)</u>	<u>(12.317)</u>
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador):				
Ações Ordinárias	12.420.600	12.420.600	12.420.600	12.420.600
Ações Preferenciais	24.539.400	24.539.400	24.539.400	24.539.400
	<u>36.960.000</u>	<u>36.960.000</u>	<u>36.960.000</u>	<u>36.960.000</u>
Resultado por ação (em R\$)				
Ações Ordinárias	0,0261	0,0261	(0,3333)	(0,3333)
Ações Preferenciais	0,0261	0,0261	(0,3333)	(0,3333)

24. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	Set/13	Set/12	Set/13	Set/12
Receitas brutas de vendas				
no Brasil	213.970	213.218	224.742	216.708
no exterior	5.286	5.679	50.019	49.317
	<u>219.256</u>	<u>218.897</u>	<u>274.761</u>	<u>266.025</u>
Deduções de Venda				
Tributos	(25.044)	(24.919)	(27.349)	(26.725)
Devoluções de vendas e outros	(12.071)	(10.949)	(12.382)	(18.007)
	<u>(37.115)</u>	<u>(35.868)</u>	<u>(39.731)</u>	<u>(44.732)</u>
Receita líquida de vendas	<u>182.141</u>	<u>183.029</u>	<u>235.030</u>	<u>221.293</u>

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as respectivas alíquotas básicas:

<u>Alíquotas</u>	
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	4,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% do faturamento, conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12.

25. Incentivos fiscais – Subvenção para investimentos

A Companhia goza de subvenções de investimentos, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2020 e 2021. A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras,

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

uma reserva de lucros no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O valor dessa subvenção para investimentos, registrados durante o período de 09 meses findos em 30 de setembro de 2013 e de 30 de setembro de 2012, está demonstrado no quadro abaixo:

	Nota	Controladora	
		Set/13	Set/12
Subvenção do ICMS:			
Paraíba	(a)	4.130	3.606
Bahia	(b)	12.587	15.025
		<u>16.717</u>	<u>18.631</u>

- (a) Referem-se à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba usufruído na forma de apuração de crédito presumido de ICMS em conformidade com o decreto 17.252 de 27 de dezembro de 1994.
- (b) Referem-se à subvenção para investimento no Estado da Bahia, usufruído na forma de apuração de crédito presumido de ICMS.

As condições regularmente satisfeitas pela Companhia, no Estado da Paraíba, são as de ampliação das atividades, geração de empregos diretos e indiretos, além da manter em dia as suas obrigações perante o fisco estadual. No Estado da Bahia, as condições são a geração de empregos diretos e indiretos, além da manter em dia as suas obrigações perante o fisco estadual.

A Companhia está cumprindo rigorosamente com os acordos firmado com os referidos Governos Estaduais.

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas - consolidado

Em 30 de setembro de 2013, os valores que compõem substancialmente essa rubrica correspondem, (i) a ação indenizatória movida contra instituição financeira, (ii) ação Eletrobrás, e vendas de matérias-primas e resíduos, venda de bens do ativo imobilizado e créditos extemporâneo de PIS e Cofins.

(i) A Administração da Companhia reconheceu em 31 de março de 2013, o montante de R\$ 7.041, referente ao principal, juros e correção monetária, proveniente de acordo firmado com instituição financeira, para por fim à Ação Indenizatória movida pela Companhia.

(ii) A Administração da Companhia reconheceu em 30 de junho de 2013, o montante de R\$ 2.421, referente ao principal, juros e correção monetária, proveniente do transitio em julgado de decisão judicial favorável, em tramite da Justiça Federal de Porto Alegre – RS, movido contra Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

Cambugi S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	Set/13	Set/12	Set/13	Set/12
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	1.279	1.525	1.279	1.525
Variação cambial	5.365	4.151	5.411	4.339
Juros recebidos	422	965	422	1.089
Outras Receitas		71		400
	<u>7.066</u>	<u>6.712</u>	<u>7.112</u>	<u>7.353</u>
Despesas financeiras				
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(12.182)	(10.648)	(15.256)	(15.304)
Variação cambial	(7.125)	(6.033)	(8.326)	(5.807)
Outras despesas	(2.272)	(740)	(3.096)	(1.325)
	<u>(21.579)</u>	<u>(17.421)</u>	<u>(26.678)</u>	<u>(22.436)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(14.513)</u>	<u>(10.709)</u>	<u>(19.566)</u>	<u>(15.083)</u>

28. Despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

Classificação por Natureza	Controladora		Consolidado	
	Set/13	Set/12	Set/13	Set/12
Matérias-primas e serviços terceiros	(121.119)	(133.596)	(167.590)	(163.086)
Despesas com pessoal	(38.903)	(30.730)	(39.634)	(35.156)
Depreciação e amortização	(6.642)	(6.222)	(7.081)	(6.361)
	<u>(166.664)</u>	<u>(170.548)</u>	<u>(214.305)</u>	<u>(204.603)</u>
Classificação por função				
Custos dos produtos vendidos	(107.327)	(102.005)	(142.407)	(123.176)
Despesas com vendas	(60.921)	(55.204)	(73.220)	(66.150)
Despesas gerais e administrativas	(18.240)	(18.460)	(21.062)	(22.533)
Outras (despesas)/receitas operacionais	21.464	7.230	22.384	7.256
Resultado da equivalência patrimonial	(1.640)	(2.109)		
	<u>(166.664)</u>	<u>(170.548)</u>	<u>(214.305)</u>	<u>(204.603)</u>

29. Informações por segmento

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, à Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais de 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

A Companhia possui estrutura de gestão matricial, com receitas de vendas compostas pelos produtos calçados, bolas, artigos esportivos e vestuário em geral, comercializados e analisados pela Companhia e suas Controladas, de forma consolidada, porém com nível de decisão operacional por diferentes categorias. As decisões relativas a planejamento estratégico, estratégia e negociações financeiras, contratação de serviços, compras de insumos e matérias primas, investimentos e aplicação de recursos, são tomadas em bases consolidadas. Por essa razão, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de divulgação.

Como mencionado anteriormente, as operações são geridas de forma consolidada e inclui a seguinte segmentação geográfica:

(a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e (b) operações internacionais: desempenho das controladas na Argentina, Chile, Paraguai e Espanha.

Em 30 de setembro de 2013, a receita bruta de vendas por segmento geográfico está representada da seguinte forma:

- Operações nacionais: 81,8%.
- Operações internacionais: 18,2%.

As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior.

Vendas brutas – mercado interno e externo

	Consolidado	
	Set/13	Set/12
Brasil	224.742	216.708
Argentina	35.020	28.452
Ibéria	3.077	2.909
Outros	11.922	17.956
Total	274.761	266.025

As informações sobre os Ativos não circulantes, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras de cada companhia, por país de origem, onde as companhias estão sediadas.

Ativos não circulantes – mercado interno e externo

Cambuci S.A.
Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações trimestrais de
 30 de setembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	<u>Set/13</u>	<u>Combinado Set/12</u>
Brasil	106.300	100.010
Argentina	166	1.216
Espanha	6.839	9.756
Outros	3.529	4.970
Total	<u>116.834</u>	<u>115.952</u>

As políticas contábeis do segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das informações trimestrais da Companhia.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receitas de vendas.

30. Cobertura de seguros

No período findo em 30 de setembro de 2013, não houve alterações significativas na cobertura de seguros da Cambuci e suas controladas.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores
Cambuci S.A.
São Paulo, SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cambuci S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Em 06 de novembro de 2012, emitimos originalmente nosso relatório de revisão sem modificações sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.2, durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2013, essas informações contábeis intermediárias, apresentadas para fins de comparação, foram aprimoradas para proporcionar uma apresentação mais adequada das demonstrações dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido e uma melhor divulgação de certas notas explicativas, em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão sendo reapresentadas como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de novembro de 2013.

GF AUDITORES INDEPENDENTES
GRUPO GORIOUX FARO
CRC 2SP 025248/O-6

Contador
CRC 1SP 216678/O-6

Marco Antonio Gouvêa de Azevedo